



Histórico, evolução organizacional e perspectivas das RedesFito: fortalecendo os Arranjos Ecoprodutivos Locais de Plantas Medicinais e Fitoprodutos

History, organizational evolution and perspectives of RedesFito: strengthening Local Ecoproductive Arrangements for Medicinal Plants and Phytoproducts

<https://doi.org/10.32712/2446-4775.2025.1881>

Santos, Jefferson Pereira Caldas dos^{1,2*}

 <https://orcid.org/0000-0001-9780-9911>

Souza, Helen Paredes¹

 <https://orcid.org/0000-0001-9904-2865>

Villas Bôas, Glauco de Kruse¹

 <https://orcid.org/0000-0003-3065-9626>

¹Fiocruz, Farmanguinhos-Instituto de Tecnologia em Fármacos, Centro de Inovação em Biodiversidade e Saúde (CIBS), Avenida Comandante Guarany, 447, Prédio 10, Jacarepaguá, CEP 22775-903, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

²Universidade Veiga de Almeida, Laboratório de Inteligência Geográfica em Ambiente e Saúde (LIGAS). Universidade Veiga de Almeida (UVA) - Campus Tijuca está localizada na Rua Ibituruna, 108, Tijuca, CEP 20271-110, Rio de Janeiro - RJ, Brasil.

*Correspondência: jeffe_ufrj@yahoo.com.br.

Resumo

O Sistema Nacional das RedesFito (Redes de Inovação em Medicamentos da Biodiversidade) constitui uma experiência singular de articulação entre saúde pública, biodiversidade, inovação e território no Brasil. Criado no contexto de implementação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, o sistema emergiu como uma resposta institucional à necessidade de integrar saberes tradicionais, ciência, políticas públicas e cadeias produtivas locais voltadas ao uso sustentável da sociobiodiversidade. Este artigo analisou a trajetória histórica, a evolução organizacional e o modelo atual das RedesFito, com base em revisão documental e bibliográfica de caráter histórico-analítico. Evidencia-se a transição de um modelo inicial mais centralizado, ancorado em estruturas institucionais nacionais, para uma configuração descentralizada e territorializada, estruturada em Núcleos Gestores e Arranjos Ecoprodutivos Locais. Esses arranjos operam como plataformas de inovação sociotécnica, integrando agroecologia, justiça ambiental, economia solidária e valorização dos conhecimentos tradicionais. A experiência das RedesFito demonstra potencial para fortalecer o Sistema Único de Saúde, ampliar a soberania sanitária e promover modelos alternativos de desenvolvimento baseados no território. Contudo, persistem desafios relacionados à sustentabilidade financeira, à adequação regulatória e à consolidação de uma governança policêntrica.

Concluiu-se que as RedesFito representam um paradigma inovador de inovação em saúde orientado pela biodiversidade, com relevância estratégica para o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Palavras-chave: Plantas medicinais; RedesFito; Inovação em saúde; Sociobiodiversidade; Políticas públicas.

Abstract

The National System of RedesFito (Networks of Innovation in Biodiversity-Based Medicines) represents a unique Brazilian experience integrating public health, biodiversity, innovation, and territorial development. Established within the framework of the National Policy on Medicinal Plants and Herbal Medicines, the system emerged as an institutional response to the need for articulating traditional knowledge, scientific research, public policies, and local productive chains focused on the sustainable use of sociobiodiversity. This article analyzes the historical trajectory, organizational evolution, and current model of RedesFito through a qualitative historical-analytical and documentary review. The results highlight the transition from an initially centralized structure to a decentralized and territorialized network organized around Local Management Hubs and Ecoprodutive Local Arrangements. These arrangements function as sociotechnical innovation platforms, integrating agroecology, environmental justice, solidarity economy, and the valorization of traditional knowledge. The RedesFito experience demonstrates significant potential to strengthen Brazil's Unified Health System, enhance health sovereignty, and promote alternative development pathways grounded in territorial diversity. Nevertheless, challenges remain regarding long-term financing, regulatory alignment, and the consolidation of polycentric governance mechanisms. The article concludes that RedesFito constitutes an innovative paradigm of biodiversity-based health innovation, offering relevant contributions to public health policy and sustainable development debates in Brazil and beyond.

Keywords: National Policy on Medicinal Plants and Herbal Medicines; Unified Health System; herbal medicine; Brazilian biomes.

Introdução

A crescente valorização dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade tem impulsionado políticas públicas inovadoras voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais^[1], em especial no campo da saúde pública. No Brasil, país com a maior biodiversidade do planeta^[2], essa valorização adquire caráter estratégico ao articular-se com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), com a produção científica e tecnológica e com a garantia dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais^[3].

Nesse cenário, o Sistema Nacional das RedesFito (Redes de Inovação em Medicamentos da Biodiversidade) surge como resposta institucional à necessidade de integrar os diversos saberes e atores que compõem a cadeia produtiva de plantas medicinais, fitoterápicos e fitoprodutos. A partir do conceito de Sistema Nacional de Inovação proposto por Nelson^[4], que enfatiza a natureza sistêmica e interinstitucional do processo inovativo, propõe-se uma abordagem sistêmica, interinstitucional e territorializada voltada à saúde e à sociobiodiversidade. Tal modelo busca superar a lógica tradicional de desenvolvimento centrada exclusivamente em laboratórios e na indústria farmacêutica^[5]. Ao incorporar princípios como agroecologia,

justiça ambiental e economia solidária, aproxima-se das concepções contemporâneas de “inovação social” e de “inovação baseada em território”^[6,7].

As RedesFito dialogam diretamente com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), instituída pelo Decreto nº 5.813/2006^[8], que estabelece como diretrizes fundamentais o uso racional das plantas medicinais, a valorização do conhecimento tradicional, o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento da cadeia produtiva nacional de fitomedicamentos. Nesse sentido, o Sistema se apresenta como plataforma para a concretização das diretrizes da PNPMF e de outras políticas públicas convergentes, como a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Ao longo de mais de uma década de atuação, as RedesFito vivenciaram sucessivas transformações organizacionais, acompanhando os desafios e aprendizados dos campos da saúde, da biodiversidade e das políticas públicas intersetoriais. O presente artigo buscou reconstruir historicamente esse processo, apoiando-se em documentos institucionais e na literatura acadêmica, para evidenciar seus conceitos basilares, marcos normativos e a passagem de um modelo centralizado para uma rede de Arranjos Ecoprodutivos Locais (AEPLs) com forte enraizamento territorial.

Acredita-se que a experiência acumulada pelas RedesFito contribui não apenas para o fortalecimento das políticas nacionais de saúde e biodiversidade, mas também para o debate internacional sobre modelos alternativos de inovação orientados pelo bem comum, pela equidade e pela sustentabilidade^[9,10].

Neste contexto, o presente artigo objetivou analisar a trajetória histórica, a evolução organizacional e o modelo atual do Sistema Nacional das RedesFito, discutindo seu papel como sistema de inovação socioterritorial em saúde baseado na biodiversidade, bem como suas contribuições, desafios e perspectivas no contexto das políticas públicas brasileiras de saúde, ciência e desenvolvimento sustentável.

Metodologia

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de caráter histórico-analítico e documental, baseado na revisão narrativa da literatura científica e normativa, bem como na análise de documentos institucionais, marcos regulatórios e registros históricos das RedesFito, articulados a referenciais teóricos da inovação, da saúde coletiva, da governança e da sociobiodiversidade.

Antecedentes Institucionais e Políticos

A criação do Sistema Nacional das RedesFito está profundamente ligada à evolução das políticas públicas brasileiras de saúde, ciência, tecnologia e meio ambiente após a Constituição de 1988. O marco constitucional, ao consolidar a universalidade, equidade e integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e ao reforçar a participação social na formulação de políticas, criou terreno fértil para iniciativas que valorizassem a biodiversidade e os saberes tradicionais.

Nesse contexto, a PNPMF representou um passo decisivo. Para garantir sua implementação, o Ministério da Saúde instituiu a Portaria MS/GM nº 1.274/2008, criando o Grupo Executivo do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, responsável por coordenar a execução da PNPMF^[11].

Entre os parceiros estratégicos destacou-se o Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde (NGBS) de Farmanguinhos/Fiocruz, que assumiu a função de articular os diversos atores da cadeia produtiva de plantas medicinais e fitomedicamentos. O apoio financeiro do Fundo Nacional de Saúde, formalizado pela Portaria nº 539/2008^[12], viabilizou a instalação do Escritório Nacional das RedesFito, em Farmanguinhos, como centro de coordenação nacional.

Entre 2007 e 2010, uma série de reuniões, oficinas e seminários promoveu o mapeamento de atores regionais e a identificação de competências locais. Eventos como o 2º Seminário do Escritório de Gestão, em Belo Horizonte (2009), e o 1º Workshop das RedesFito, no Complexo Tecnológico de Medicamentos (CTM)/Farmanguinhos (2010), consolidaram os primeiros pactos^[13-16].

Diferentemente de modelos tradicionais, contudo, as RedesFito incorporaram povos indígenas, comunidades quilombolas e agricultores familiares como agentes legítimos de inovação, alinhando-se às perspectivas da inovação social e da sociotécnica, entendida como uma reconfiguração social e técnica que integra recursos da sociobiodiversidade e conhecimentos territoriais^[17,18], além de ratificar seu alinhamento com a PNPMF.

O amadurecimento de políticas voltadas à biodiversidade, à medicina tradicional e à participação social consolidou um ambiente favorável ao surgimento de uma rede nacional que, desde seu início, buscou ir além da execução da política: propôs um novo paradigma de inovação em saúde e território, pautado pela diversidade de saberes e pela sustentabilidade.

A Institucionalização das RedesFito

A consolidação formal do Sistema Nacional das RedesFito ocorreu com a publicação da Portaria nº 21, de 30 de agosto de 2010^[13], assinada pelo então diretor de Farmanguinhos/Fiocruz. Essa portaria marcou a passagem de um processo organizativo em construção para um sistema reconhecido dentro do aparato estatal. Ela estabeleceu objetivos, composição e instâncias de governança, reconhecendo as RedesFito como instrumento estratégico para a execução da PNPMF e para políticas de ciência, tecnologia e inovação em biodiversidade.

Conforme o documento “Sistema Nacional das RedesFito – Constituição e Organização”^[19], a estrutura inicial se compunha de cinco instâncias principais:

- Conselho Diretor, responsável pelo planejamento e pelas diretrizes gerais;
- RedesFito-bioma, que territorializavam a atuação nos biomas Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa;
- Comitê Técnico-Científico, com função consultiva e de validação técnica;
- Áreas temáticas, que articulavam eixos como assistência farmacêutica, agroecologia e saberes tradicionais;
- Escritório Nacional de Gestão, núcleo central de integração e articulação entre os componentes da rede.

Essa arquitetura refletia a complexidade de uma governança em rede, que reconhecia desde o início a relevância dos saberes tradicionais no sistema de inovação em saúde. Tal modelo se aproxima da ideia de

“governança policêntrica”^[9], segundo a qual sistemas complexos e interdependentes são mais eficientes quando operam de forma distribuída e cooperativa.

A estratégia de territorialização se materializou na criação das RedesFito-bioma, ocasião em que cada bioma estruturou um grupo gestor local, um comitê técnico-científico e uma carta-compromisso entre as instituições envolvidas. Essas redes mapeavam agricultores, coletores, pesquisadores, gestores públicos e profissionais de saúde, articulando a cadeia de valor em arranjos interinstitucionais com forte ancoragem territorial ^[19].

Entre as primeiras redes formalizadas, destacaram-se: RedesFito Amazônia, coordenada por pesquisadores do INPA; RedesFito Cerrado, com apoio da UFMG; RedesFito Pantanal, sob liderança do NGBS/Farmanguinhos; e RedesFito Mata Atlântica, com ramificações no Rio de Janeiro e em São Paulo, além das RedesFito Caatinga e Pampa, em estágios diferenciados de organização.

Tais iniciativas ecoam a noção de sistemas regionais de inovação^[20], que destaca a relevância das interações entre atores locais para o desenvolvimento econômico territorial, sendo aqui adaptado para uma perspectiva de sustentabilidade que integra o uso dos recursos da sociobiodiversidade.

O Escritório Nacional, sediado atualmente no CTM de Farmanguinhos/Fiocruz, desempenhou funções estratégicas, como articulação de políticas públicas, suporte técnico e administrativo, comunicação inter-redes e apoio à elaboração de projetos estruturantes. Também fomentou instrumentos técnicos e científicos de apoio ao sistema, como a Revista Fitos e a criação de um sistema de informação geográfica (SIG) para monitoramento das ações territoriais.

Esse processo de institucionalização coincidiu com a valorização das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no SUS, impulsionada pela publicação da PNPIC em 2006. As RedesFito passaram a ser vistas como instrumentos-chave para viabilizar essa política, favorecendo a produção de fitoterápicos, a qualificação de processos produtivos e a ampliação do acesso a medicamentos baseados na sociobiodiversidade.

Entretanto, a diversidade de biomas e de atores — de comunidades tradicionais a pesquisadores e gestores — revelou, com o tempo, os limites de um modelo centralizado no Escritório Nacional. A partir de 2014, fortaleceu-se a transição para uma configuração mais distribuída, baseada em Núcleos Territoriais e em Arranjos Ecoprodutivos Locais (AEPLs). Esses arranjos deixaram de ser apenas unidades produtivas, tornando-se estruturas sociopolíticas capazes de gerar inovação desde a base, articulando atores locais em torno da cadeia de valor dos fitoprodutos e consolidando um novo paradigma de governança colaborativa^[16].

O Modelo Atual: Núcleos, AEPLs e Estratégia Territorial

O modelo atual das RedesFito consolidou-se como uma arquitetura descentralizada, baseada em Núcleos Gestores Locais e em Arranjos Ecoprodutivos Locais (AEPLs). Essa nova configuração fortalece a base territorial da inovação, alinhando-se a princípios de agroecologia, gestão participativa e justiça ambiental. Em contraste com a fase inicial, mais centralizada, o sistema passa a operar como uma rede de inovação sociotécnica e territorial, com soluções adaptadas aos ecossistemas e modos de vida dos diferentes biomas brasileiros^[15].

Núcleos Gestores: Instâncias Catalisadoras

De acordo com o Manual do Núcleo Gestor das RedesFito^[15], os núcleos são formados por representantes de instituições de pesquisa, movimentos sociais, comunidades tradicionais, agricultores, profissionais da saúde, gestores e empreendedores. Cabe a eles: identificar, fortalecer e dinamizar os AEPLs, conduzindo diagnósticos participativos, oficinas e encontros territoriais, fomentando parcerias e apoiando o desenvolvimento de projetos estruturantes, entendidos como conjuntos articulados de ações planejadas, com base territorial, orientadas para criar ou consolidar capacidades técnicas, organizacionais, produtivas e institucionais que sustentam, no médio e longo prazo, a inovação em saúde a partir da biodiversidade.

AEPLs: Inovação Territorializada

Os AEPLs representam o “coração” da estratégia territorial das RedesFito. Inspirados nos Arranjos Produtivos Locais (APLs), incorporam uma dimensão ecológica e sociocultural ao incluir sustentabilidade ambiental, saberes tradicionais e gestão coletiva como eixos centrais da produção. Reúnem, em um mesmo território, atores que participam da teia de valor de plantas medicinais e fitoprodutos.

A consolidação do modelo atual das RedesFito como um sistema de inovação socioterritorial baseado na biodiversidade brasileira^[7,20] projeta implicações relevantes para o futuro da saúde pública, da ciência e do desenvolvimento sustentável no país. Mais do que um arranjo organizacional, as RedesFito configuram-se como uma experiência política e institucional que tensiona paradigmas hegemônicos de inovação, tradicionalmente centrados na indústria farmacêutica e na pesquisa laboratorial^[4,5], desafiando o regime sociotécnico dominante^[18] por meio de cadeias produtivas mais sensíveis às dimensões sociais e ambientais^[21,10].

No contexto contemporâneo, marcado pela intensificação da crise climática e pela erosão acelerada da biodiversidade^[22,2], torna-se cada vez mais evidente a insuficiência de modelos de desenvolvimento baseados na exploração predatória dos recursos naturais e na homogeneização das práticas de cuidado em saúde^[21]. O modelo da Revolução Verde, que ignora as especificidades ecológicas e culturais dos territórios^[1], mostra-se incapaz de prover respostas à altura do aprofundamento das desigualdades sociais e territoriais. Nesse cenário, as RedesFito emergem como uma das poucas políticas públicas com capilaridade territorial e fundamentação ética, capazes de articular respostas integradas, conectando saúde, biodiversidade, produção de conhecimento e modos de vida locais^[7].

Os Arranjos Ecoprodutivos Locais (AEPLs) e os Núcleos Territoriais, ao operarem como plataformas vivas de inovação socioecológica, permitem que a biodiversidade seja compreendida não apenas como insumo produtivo, mas como base relacional de sistemas de cuidado, de geração de renda e de reprodução social. Essa perspectiva converge com o conceito de nichos de inovação de Smith *et al.*^[23], onde experiências locais testam novas trajetórias de desenvolvimento em oposição aos sistemas agroindustriais e sanitários hegemônicos. Conforme observado no estudo de Morosini e Saboia^[7], tais arranjos territoriais superam a lógica da inovação fechada ao valorizar práticas regenerativas, agroecológicas e solidárias^[1]. Ao mesmo tempo, essa abordagem dialoga com as propostas de Transição Justa^[24], ao recolocar a saúde pública no campo das relações entre território, cultura e ambiente, ampliando o escopo tradicional da atenção à saúde para uma perspectiva de Saúde Única e Planetária^[25].

No âmbito das políticas públicas de saúde, o fortalecimento das RedesFito representa uma oportunidade de aprofundar os princípios da integralidade e da equidade no Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo Gadelha^[26], a incorporação de plantas medicinais e fitoterápicos, quando articulada aos territórios, fortalece o Complexo Econômico-Industrial da Saúde sob uma lógica inclusiva, reduzindo a dependência estrutural de insumos importados e medicamentos de alto custo. Essa integração amplia o acesso a práticas de cuidado culturalmente reconhecidas, conforme a perspectiva de saúde como direito territorializado^[7].

Contudo, esse potencial enfrenta entraves institucionais, especialmente no campo da regulação sanitária. Conforme observou Cunha^[3], as normas muitas vezes impõem exigências laboratoriais que desconsideram o contexto do conhecimento tradicional, criando o que Santos^[10] denominou 'exclusão abissal', onde saberes que não seguem o padrão industrial hegemônico são invalidados pela regulação.

Persistem lacunas significativas entre as normas de vigilância sanitária e a realidade dos AEPLs, embora o cenário tenha evoluído com o novo marco regulatório da RDC nº 1.004/2025^[27]. Esta resolução, ao simplificar o registro e criar listas específicas para o aproveitamento da biodiversidade nacional (IN 412/2025)^[28], sinaliza uma tentativa de aproximação com o potencial produtivo do país. Todavia, a diferenciação rigorosa entre medicamentos fitoterápicos e produtos tradicionais fitoterápicos ainda pode impor barreiras à institucionalização de saberes que não se enquadram estritamente nos padrões de dados técnico-científicos exigidos. Como apontou Santos^[10], o desafio permanece em garantir que a harmonização internacional e o controle de resíduos (IN 411/2025)^[29] não se tornem novos instrumentos de exclusão dos sistemas tradicionais de cuidado, mas sim indutores de uma transição sociotécnica^[23] que assegure segurança sanitária com respeito à identidade cultural dos territórios^[3].

Outro desafio central diz respeito à sustentabilidade financeira do sistema. A trajetória das RedesFito demonstra forte dependência de políticas públicas de fomento, frequentemente marcadas por descontinuidade, instabilidade política e ciclos curtos de financiamento. Essa fragilidade é um entrave recorrente para a consolidação de projetos de longo prazo no campo da sustentabilidade, conforme apontado na literatura sobre governança ambiental no Sul Global^[30]. A ausência de linhas estruturantes compromete núcleos e AEPLs que dependem de recursos para formação, pesquisa e infraestrutura. A corroboração das RedesFito como política estratégica exige, portanto, a criação de mecanismos estáveis de financiamento e a articulação interministerial entre saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia, agricultura e desenvolvimento regional, o que converge com o modelo de governança policêntrica defendido por Ostrom^[9], onde a superposição de centros de decisão e financiamento mitiga a vulnerabilidade dos projetos a mudanças políticas pontuais.

No plano epistemológico, um dos aportes mais relevantes das RedesFito reside na valorização explícita dos saberes tradicionais e populares como parte constitutiva dos processos de inovação. Ao reconhecer povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares e terapeutas populares como parceiros epistêmicos, o sistema rompe com a lógica extrativista do conhecimento, historicamente predominante nas relações entre ciência e biodiversidade^[21]. Segundo Santos^[31], esse deslocamento aproxima as RedesFito da noção de ecologia de saberes, ao promover uma horizontalidade que amplia a legitimidade social das políticas públicas.

Conforme observado por Jasanoff^[32], essa coprodução do conhecimento garante que a inovação não seja apenas tecnicamente eficaz, mas também socialmente robusta, pois integra a ordem social e a ordem

científica de forma indissociável. Tal abordagem consolida o que Altieri^[1] definiu como a soberania do conhecimento local frente à hegemonia dos modelos agroindustriais.

Entretanto, é importante observar que essa valorização não está isenta de riscos. A apropriação indevida de conhecimentos^[21], a fragilidade dos mecanismos de repartição de benefícios e a aplicação ainda incipiente do consentimento prévio, livre e informado impõem limites concretos à efetivação de uma ética da biodiversidade. Essa vulnerabilidade dos direitos coletivos frente à lógica predatória do mercado e da bioprospecção é um tema central na antropologia e no direito, conforme Cunha^[9]. O fortalecimento das RedesFito passa, necessariamente, pela consolidação de práticas institucionais que assegurem a proteção desses direitos, a justiça ambiental e o reconhecimento dos modos de vida tradicionais como patrimônio vivo, o que exige um compromisso ético e político que vai além da simples inclusão formal desses atores nos sistemas de inovação^[31].

Do ponto de vista organizacional, o trabalho em rede constitui outro eixo estruturante da experiência. Os Núcleos Gestores e os AEPLs funcionam como espaços de pactuação e construção coletiva de soluções, baseados em relações horizontais e confiança mútua. Essa forma de organização, que privilegia a aprendizagem social^[17], contrasta com modelos hierárquicos tradicionais e contribui para a resiliência do sistema diante de crises políticas e econômicas. Segundo a perspectiva de governança policêntrica de Ostrom^[9], sistemas que operam de forma distribuída e cooperativa lidam melhor com a complexidade do que estruturas centralizadas. Ao mesmo tempo, as RedesFito enfrentam o desafio permanente de equilibrar autonomia local e coesão nacional, exigindo arranjos de governança híbridos^[23], capazes de articular a descentralização operativa com o necessário suporte institucional e normativo em escala nacional.

As perspectivas futuras para as RedesFito residem na sua perpetuação como um pilar estratégico de uma Bioeconomia da Saúde soberana. O avanço dessa política em 2026 e nos anos subsequentes depende da transição de um modelo de fomento episódico para uma estrutura de financiamento estável e policêntrica^[9], capaz de sustentar a complexidade dos AEPLs. Superar os gargalos regulatórios exigirá a construção de marcos normativos que não apenas garantam a segurança sanitária, mas que reconheçam a legitimidade dos protocolos territoriais de manejo como inovações sociotécnicas legítimas^[23]. Ao integrar o conhecimento tradicional à fronteira do desenvolvimento científico, as RedesFito projetam um cenário onde a saúde pública brasileira deixa de ser apenas uma consumidora de tecnologias globais para se tornar uma referência em saúde planetária^[25], fundamentada na indissociabilidade entre o bem-estar humano e a integridade da biodiversidade.

Considerações Finais

A trajetória das RedesFito ao longo de mais de uma década constitui uma experiência singular de articulação entre saúde pública, biodiversidade, inovação e território no Brasil. Ao adotar uma concepção ampliada de inovação — que integra saberes tradicionais, agroecologia, gestão participativa e territorialização das políticas públicas — o Sistema Nacional das RedesFito contribuiu para a construção de um novo paradigma de produção de fitoprodutos e fitomedicamentos, orientado pela sustentabilidade, pelo cuidado e pela equidade.

A transição de um modelo inicial mais centralizado, vinculado à estrutura institucional de Farmanguinhos/Fiocruz, para uma rede territorializada e distribuída, apoiada em Núcleos Locais e Arranjos

Ecoprodutivos Locais, revela a capacidade adaptativa do sistema diante da diversidade ecológica, cultural e social do país. Esses arranjos operam simultaneamente como unidades produtivas e como espaços de articulação sociopolítica, educação popular, inovação em saúde e regeneração ambiental.

A resiliência demonstrada pelas RedesFito frente à instabilidade política, à fragmentação das políticas públicas e às barreiras regulatórias reforça a centralidade do protagonismo local, da valorização dos modos de vida e da ecologia dos saberes como fundamentos de políticas públicas mais justas e eficazes. Contudo, para que o sistema alcance plenamente seu potencial transformador, é imprescindível enfrentar desafios estruturais, como assegurar financiamento continuado, construir marcos regulatórios adequados à realidade territorial, fortalecer a governança em rede e investir na formação de novas gerações comprometidas com os princípios da sociobiodiversidade.

As RedesFito demonstram que é possível produzir saúde e renda com a biodiversidade, respeitando os povos e seus territórios, valorizando o conhecimento tradicional e fortalecendo a soberania sanitária. Mais do que uma política de plantas medicinais e fitoterapia, constituem uma proposta de futuro, enraizada na justiça ambiental, na diversidade cultural e no cuidado com a vida. Nesse sentido, afirmam-se como uma experiência relevante de inovação institucional e social, capaz de inspirar novos caminhos para a saúde pública e o desenvolvimento sustentável no século XXI.

Fonte de Financiamento

Não se aplica.

Conflitos de interesse

Não há conflito de interesses.

Colaboradores

Concepção do estudo: JPCS; HPS; GKVB

Curadoria dos dados: JPCS; HPS

Coleta de dados: JPCS; HPS

Análise dos dados: JPCS; HPS

Redação do manuscrito original: JPCS; HPS; GKVB.

Referências

1. Altieri MA. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular; 2009.
2. IPBES. **Global assessment report on biodiversity and ecosystem services**. Bonn: Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services; 2019. Disponível em: [\[https://ipbes.net/global-assessment\]](https://ipbes.net/global-assessment).
3. Cunha MC. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify; 2009.

4. Nelson RR, editor. **National innovation systems: a comparative analysis**. Oxford: Oxford University Press; 1993. [<https://doi.org/10.1093/0195076176.001.0001>].
5. Gadelha CAG. **O complexo industrial da saúde e a soberania nacional**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003.
6. Cassiolato JE, Lastres HMM. **Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE; 2003.
7. Morosini F, Saboia R. Sistemas territoriais de inovação e sustentabilidade. **Rev Bras Inov**. 2019; 18(1): 81-108. [<https://doi.org/10.20396/rbi.v18i1.8652731>].
8. Brasil. **Decreto nº 5.813**, de 22 de junho de 2006. Institui a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. *Diário Oficial da União*. 23 jun 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5813.htm].
9. Ostrom E. Beyond markets and states: polycentric governance of complex economic systems. **Am Econ Rev**. 2010; 100(3): 641-72. [<https://doi.org/10.1257/aer.100.3.641>].
10. Santos BS. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez; 2010.
11. Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.274**, de 25 de junho de 2008. Institui o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. *Diário Oficial da União*. 26 jun 2008. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1274_25_06_2008.html].
12. Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria nº 539**, de 27 de novembro de 2008. *Diário Oficial da União*. 4 dez 2008.
13. Farmanguinhos/Fiocruz. **Portaria nº 021**, de 30 de agosto de 2010. Institui o Sistema Nacional das RedesFito. Rio de Janeiro: Farmanguinhos; 2010.
14. Villas Bôas GK, Hayon RS, Rezende MA. Trajetória da inovação em medicamentos da diversidade vegetal no Brasil na perspectiva das RedesFito. **Rev Fitos**. 2025; 19: e1759. [<https://doi.org/10.32712/2446-4775.2025.1759>].
15. Farmanguinhos/Fiocruz. **Manual do Núcleo Gestor das RedesFito**. Rio de Janeiro: Farmanguinhos; 2025. Disponível em: [<https://redesfito.far.fiocruz.br/index.php/eventos/2025/152-encontro-dos-gestores-dos-nucleos-das-redesfito/153-documentos?download=252:20250625-manual-redesfito>].
16. Villas Bôas GK. A Rede de Inovação em Medicamentos da Biodiversidade – RedesFito. **Rev Fitos**. 2018; (ed esp): 47-64. Disponível em: [<http://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/656>].
17. Mulgan G, Tucker S, Ali R, Sanders B. **Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated**. London: The Young Foundation; 2007. Disponível em: [<https://youngfoundation.org/publications/social-innovation-what-it-is-why-it-matters-how-it-can-be-accelerated>].
18. Geels FW. From sectoral systems of innovation to socio-technical systems: insights about dynamics and change from sociology and institutional theory. **Res Policy**. 2004; 33(6-7): 897-920. [<https://doi.org/10.1016/j.respol.2004.01.015>].
19. Farmanguinhos/Fiocruz. **Constituição e organização do Sistema Nacional das RedesFito**. Rio de Janeiro: Farmanguinhos; 2011. Disponível em: [<https://redesfito.far.fiocruz.br/index.php/quem-somos/documentos/122-organizacao-das-redes/101-1-sistema-nacional-das-redesfito>].

20. Cooke P. Regional innovation systems, clusters, and the knowledge economy. **Ind Corp Change**. 2001; 10(4): 945-74. [<https://doi.org/10.1093/icc/10.4.945>].
21. Shiva V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia; 2003.
22. IPCC. **Climate change 2022: impacts, adaptation and vulnerability**. Cambridge: Cambridge University Press; 2022. [<https://doi.org/10.1017/9781009325844>].
23. Smith A, Stirling A, Berkhout F. The governance of sustainable socio-technical transitions. **Res Policy**. 2005; 34(10): 1491-510. [<https://doi.org/10.1016/j.respol.2005.07.005>].
24. Stephan H, Ziegler R, Loorbach D, *et al.* **Just transition: a whole-of-society approach to climate change**. London: Routledge; 2022.
25. Whitmee S, Haines A, Beyrer C, Boltz F, Capon A, Dias BFS, *et al.* Safeguarding human health in the Anthropocene epoch: report of the Rockefeller Foundation–Lancet Commission on planetary health. **Lancet**. 2015; 386(10007): 1973-2028. [[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(15\)60901-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(15)60901-1)].
26. Gadelha CAG. O complexo econômico-industrial da saúde 4.0: por uma visão integrada do desenvolvimento econômico, social e ambiental. **Cad Desenv**. 2021; 16(28): 25-50.
27. Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 1.004**, de 17 de dezembro de 2025. *Diário Oficial da União*. 2025.
28. Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Instrução Normativa nº 412**, de 22 de dezembro de 2025. *Diário Oficial da União*. 23 dez 2025.
29. Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Instrução Normativa nº 411**, de 2025. *Diário Oficial da União*. 2025.
30. Armitage D, de Loë R, Plummer R. Environmental governance and its implications for conservation practice. **Conserv Lett**. 2012; 5(4): 245-55. [<https://doi.org/10.1111/j.1755-263X.2012.00238.x>].
31. Farmanguinhos/Fiocruz. **Histórico, evolução organizacional e perspectivas das RedesFito**. Rio de Janeiro: Farmanguinhos; 2025. Disponível em: [<https://redesfito.far.fiocruz.br/index.php/eventos/2025/152-encontro-dos-gestores-dos-nucleos-das-redesfito/153-documentos>].
32. Jasanoff S, editor. **States of knowledge: the co-production of science and social order**. London: Routledge; 2004. [<https://doi.org/10.4324/9780203413845>].

Histórico do artigo | Submissão: 16/06/2025 | Aceite: 02/12/2025

Como citar este artigo: Santos JPC, Souza HP, Villas Bôas GK. Histórico, evolução organizacional e perspectivas das RedesFito: fortalecendo os Arranjos Ecoprodutivos Locais de Plantas Medicinais e Fitoprodutos. **Rev Fitos**. Rio de Janeiro. 2026; 20(1): e1996. e-ISSN 2446.4775. Disponível em: <<https://doi.org/10.32712/2446-4775.2026.1996>>. Acesso em: dd/mm/aaaa.

Licença CC BY 4.0: Você está livre para copiar e redistribuir o material em qualquer meio; adaptar, transformar e construir sobre este material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente, desde que respeitado o seguinte termo: dar crédito apropriado e indicar se alterações foram feitas. Você não pode atribuir termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam outros autores de realizar aquilo que esta licença permite.

